

**O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA PROPOSTA EMANCIPADORA**

**THE USE OF INFORMATION AND COMMUNICATION TECHNOLOGIES IN THE
EDUCATION OF YOUTH AND ADULTS: AN EMANCIPATORY PROPOSAL**

**EL USO DE TECNOLOGÍAS DE LA INFORMACIÓN E COMUNICACIÓN E EN
LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS: UNA PROPUESTA
EMANCIPADORA**

Aline Carla de Sousa Leite Cipriano

Instituição: Mestranda ProfEPT IFMA – *Campus* Monte Castelo

E-mail: alineleiteadv@gmail.com

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-4077-4321>

Francisco Adelson Alves Ribeiro, Dr.

Instituição: Docente ProfEPT IFMA – *Campus* Monte Castelo

E-mail: adelton@ifma.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2850-8028>

RESUMO

Esta pesquisa objetiva identificar o uso das tecnologias da informação e comunicação no ensino-aprendizagem dos discentes do *CEJA Prof. Artur*, escola da rede estadual de Teresina – PI. O estudo faz-se necessário em virtude das mudanças trazidas pela globalização que introduziram o uso de novas tecnologias e influenciam as formas de aprender e comunicar-se, repercutindo no ambiente escolar, inclusive na Educação de Jovens e Adultos, modalidade singular, por ser marcada por histórias de vidas truncadas. Para a realização da pesquisa, foi utilizado o estudo de caso com procedimento qualitativo e quantitativo, que colheu resultados, por meio de informações e eventos reais, com objetivo de descrever e conhecer o contexto escolar. A pesquisa também esteve pautada no método do materialismo histórico-dialético que favoreceu uma compreensão ampla dos fenômenos sociais. Nesse sentido, foi aplicado questionário, instrumento que possibilitou uma gama de informações, cujos resultados demonstraram o uso frequente dos alunos nos meios tecnológicos, pois 72,7% informaram usar frequentemente o computador, bem como 92,3% usam o celular para pesquisa escolar. Com o estudo, evidenciou-se a necessidade da escola e dos professores implementarem de forma mais constante as TIC's no ambiente escolar, como forma de dinamizar o ensino e aprendizagem do letramento digital, algo ainda problemático devido à carente formação de professores para o uso das tecnologias e a aparelhagem das instituições.

Palavras-chave: Tecnologias de Informação e Comunicação. Educação de Jovens e Adultos. Digital.

ABSTRACT

This research has the general objective of identifying the use of information and communication technologies (ICT) in the teaching and learning of *Prof. Artur CEJA's* students, a public school located in the city of Teresina, in Piauí state, which offers Youth and Adults Education. The study was done due to changes brought by globalization which has introduced the use of new technologies and has influenced the ways in which learning and communication takes place, affecting the school environment and Youth and Adult Education in particular. Regarding methodology, a case study with qualitative and quantitative procedures was carried out, generating data through information and real events in order to describe and understand the school context. The research was also guided by the historical-dialectical

materialism method that favored a broad understanding of social phenomena. For this, a questionnaire was applied, an instrument that enabled a range of information whose results demonstrated students' frequent use of ICT. The study highlighted the need of schools and teachers to implement ICTs in the school environment more constantly as a way of boosting teaching and learning of digital literacy, something that is still problematic due to the lack of teacher training in the use of ICT and the technological tools available in the institutions.

Keywords: Information and Communication Technologies. Youth and Adult Education. Digital Literacy.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo general identificar el uso de las tecnologías de la información y comunicación en la enseñanza – aprendizaje de los discentes de la CEJA Prof. Artur, escuela de la red estatal de Teresina-PI. El estudio se hace en virtud de los cambios oriundos de la globalización que introdujeron el uso de nuevas tecnologías y influyen las formas de aprender y de comunicarse, repercutiendo en el ambiente escolar, incluso en la Educación de Jóvenes y Adultos, modalidad singular, marcada por historias de vidas truncadas. Para la realización de la investigación, fue utilizado el estudio de caso con procedimiento cualitativo y cuantitativo, que recogió resultados por medio de informaciones y eventos reales, con objetivo de describir y conocer el contexto escolar. La investigación también estuvo pautaada en el método del materialismo histórico - dialéctico que favoreció una comprensión amplia de los fenómenos sociales. En ese sentido, fue aplicado cuestionario, instrumento que posibilitó una gama de informaciones cuyos resultados demuestran el uso frecuente de los alumnos de los medios tecnológicos, pues el 72,7% informaron usar frecuentemente la computadora, bien como el 92,3%, usan el móvil para investigación escolar. Con el estudio, se evidenció la necesidad de que la escuela y de que los profesores implementen de forma más constante las TIC's en el ambiente escolar, como forma de dinamizar la enseñanza – aprendizaje de la alfabetización digital, algo aún problemático debido a la carente formación de profesores para el uso de las tecnologías y aparatos de las instituciones.

Palabras clave: Tecnologías de Información y Comunicación. Educación de Jóvenes y Adultos. Digital.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é modalidade de ensino da rede pública no Brasil que intenciona desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade, oportunizando-se escolaridade, aos que não tiveram na idade apropriada. Esse público possui especificidades e singularidades quanto ao ensino regular, isto é, suas trajetórias de vida truncadas e suas experiências, trazem estratégias de ensino diferenciadas, de acordo as próprias necessidades.

Em meio à modernidade marcada pela Revolução da Comunicação (CASTELLS, 2003) que transformou nossos hábitos com a implantação das tecnologias, devemos repensar as necessidades e interesses dos discentes, que devem ser analisadas em consonância com as demandas sociais e econômicas, pois trazem implicações várias ao ambiente escolar.

O mundo globalizado com suas inovações científicas e tecnológicas, a rapidez na transmissão e fruição de informação, vem alterando o processo de ensino-aprendizagem, produzindo influências na forma de aprender, de se comunicar e de ensinar. Tais modificações

se dão em virtude das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), ferramentas, recursos e meios tecnológicos midiáticos que ampliam as formas de aprendizagem.

As implicações dessas mudanças exigem domínio desses novos recursos para o exercício da cidadania, bem como impõem ao estado a implantação e garantia aos jovens e adultos de formas contemporâneas de leitura do mundo, não podendo reservar-se, apenas a oferta do ensino propedêutico.

O uso das TIC's, apesar de ser uma realidade, ainda tem obstáculos que dificultam o acesso de milhões de pessoas ao seu uso efetivo (CITELLI, 2011). A falta de políticas públicas que garantam *internet*, a falta de instrumentalização das escolas de tecnologias modernas e de capacitação dos professores são entraves a tal processo de inclusão das novas tecnologias.

Em meio a este contexto, propomos a discutir a temática apresentada, tendo como objetivo geral identificar o uso das tecnologias da comunicação e informação no ensino-aprendizagem dos discentes do *CEJA Prof. Artur Furtado*. Quanto aos objetivos específicos, buscamos: (i) analisar o uso das TIC'S na rotina didática como meio de diminuir a evasão escolar; (ii) identificar os motivos da evasão escolar e relacioná-los ao processo de ensino-aprendizagem; (iii) observar na prática escolar o uso das tecnologias da comunicação e informação por discentes e docentes.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, questionamos: o uso das tecnologias da comunicação e informação pode ser fator atrativo nas aulas que possibilite a diminuição da evasão?

O questionamento proposto se associa à nova realidade escolar que se apresenta, já que hoje, no Brasil, 116 milhões de pessoas estão conectadas à *internet*, o equivalente a 64,7% da população com idade acima de 10 anos (IBGE, 2016). Esses dados são relevantes, pois trazem reflexos para o ambiente escolar, mostrando que esta rede significa ter uma maior gama de informações à sua disposição. Assim, o acesso aos meios tecnológicos como forma de aprender, configura-se como uma maneira ao exercício da cidadania, sendo, portanto, de suma relevância, discutir tal temática, já que contribuirá como arcabouço de pesquisa para a comunidade discente-docente da escola estudada, da comunidade local, bem como de acadêmicos interessados no assunto, assim ampliando o leque de estudos na área de ensino-aprendizagem.

A partir do conceito de que EJA é uma modalidade de ensino marcada pela exclusão (ARROYO, 2011) e em meio a esta realidade, trabalharemos analisando um público marginalizado no contexto escolar, devido às práticas capitalistas selvagens, que exigem da classe menos favorecida a inserção imediata no mundo do trabalho como forma de prover a família. Com isso, a educação aparece a esta comunidade como uma alternativa, consistindo

em um ato de revolução, pois tais sujeitos desafiam o próprio sistema e voltam à escola, buscando independência, autonomia, emancipação, formação e justiça social.

Após as ponderações acima, que constituem a Introdução (1) deste artigo, apresentaremos, na sequência, o Referencial Teórico (2) da pesquisa tomando por base autores como: Arroyo (2011), que apresenta a configuração da EJA; Machado (2006), Soares (2011), Citelli e Costa (2011), que abordam o estudo das TIC's; bem como Frigotto (2001) que discute a educação integral, enquanto proposta de uma educação emancipadora. Além disso, a Metodologia (3), que traz os aspectos relacionados à pesquisa; a Descrição e análise dos dados (4), mostrando os resultados do estudo; e, por fim, as Considerações gerais (5), em que se retomam os objetivos elencados nos estudos com os resultados encontrados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, são apresentados os fundamentos teóricos que dão base à pesquisa, contendo três divisões: (2.1) Panorama da Educação de jovens e adultos: mudanças e permanências; (2.2) Evasão escolar e a educação de jovens e adultos: realidade e expectativas; e (2.3) TIC's como recursos tecnológicos e a educomunicação.

2.1 PANORAMA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS

A Constituição Democrática brasileira de 1988, ganha simbolicamente o nome de “Constituição Cidadã”, pois, no seu corpo mandamental, garantiu direitos individuais e sociais de forma ampla. Quanto ao quesito “educação”, a mesma também inova, ao dispor que passa a ser um direito de todos e uma obrigação do estado:

Art. 205º. A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nas premissas da Constituição Federal de 1988, que versa sobre o direito a educação a EJA se tornou uma obrigação do Estado, há tanto ansiado e defendida pelos educadores. Assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDBN) passou a regular a oferta dessa educação:

Art. 4º O dever do estado com educação escolar pública será efetivada mediante a garantia de:
[...]

VII- oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola.

A EJA, após várias reivindicações, passa a ser reconhecida como uma obrigação do Estado passando o sistema a ser corresponsabilizado pelos fracassos educacionais desses estudantes, o que demonstra um grande avanço. Assim, fica o Estado legalmente responsabilizado em oferecer escolaridade àqueles que não puderam concluir na idade apropriada, com a mesma oportunidade de corrigir questões sociais como exclusão e negação ao acesso escolar.

Este aparato legal, com relação à EJA faz parte de um compromisso histórico e social do Estado, de garantir, por meio de políticas públicas, acesso à educação, possibilitando a inclusão e a justiça social. Apesar de todo avanço nessa modalidade, parte de um longo caminho histórico de conquistas e percalços, ainda precisa avançar.

O acesso de jovens e adultos ao ensino no Brasil não é recente, remonta ao séc. XVII com os empreendimentos religiosos de instrução, mas que naquele período estava a distrito a uma pequena parcela populacional, e assim se prestou por anos, já que durante nosso período colonial foram poucas as preocupações com a educação, de forma geral, explicando o atraso educacional que temos até hoje. A EJA é fruto de reivindicações e propostas descontínuas marcadas pela diversidade de programas, muita vezes não caracterizada como escolarização (ALMEIDA; CORSO, 2015, p. 02).

É a partir da década de 1920, que o Brasil começa a passar por suaves processos de industrialização, o que leva a busca pela alfabetização de jovens e adultos e dos filhos dos trabalhadores. Cabe ressaltar que, neste período, a escolarização desse público está mais voltada à alfabetização e à profissionalização, exigência do mercado capitalista em expansão, o aprimoramento dos estudos com a obrigatoriedade e universalização do ensino médio, ainda vai sofrer sérias dificuldades, até ser visto como um direito de todos.

Diante dessa realidade, alguns grupos sociais se mobilizavam para organizar campanhas de alfabetização chamadas de ligas. A partir de 1946, com aprovação do decreto n.19.513, de 25 de agosto de 1945, a educação de adultos se tornou oficial. Daí por diante, novos projetos e campanhas foram lançadas com intuito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso a educação em período regular. Dentre elas podemos citar: a campanha de educação de adolescente e adulto (CEAA) (1947), o movimento de educação de base (MEB), sistema rádio-educativo criado na conferência nacional dos bispos do Brasil com apoio do governo federal(1961), além dos centros populares de cultura(CPC) (1963). (CASTRO JUNIOR; SCHMIDLIN, 2014, p. 70).

Nos dias atuais, podemos contar com um arcabouço legal que possibilita a oferta do EJA, mas, como visto nas falas de Castro e Schmidlin (2014), tal modalidade é fruto de movimentos e

reivindicações da sociedade civil organizada, talvez, por isso, sempre estiveram tão associadas ao assistencialismo, dada a ausência do governo em promovê-la.

A década de 1960 também é marcada por várias manifestações que exigiam uma educação de qualidade, questionando o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), abrindo e ampliando horizontes para uma educação que visasse o desenvolvimento pleno do indivíduo e não apenas certificação. As discussões educacionais da década de 60 ganharam dimensão com o projeto educacional de alfabetização de Paulo Freire (1970), que lutava por uma educação que garantisse aos sujeitos uma alfabetização política, garantindo transformação social, libertando a educação estritamente dos interesses econômicos de formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

No governo militar, as iniciativas de Freire (1970) passaram a ser censuradas, vistas como subversivas. É neste período que surge o chamado “ensino supletivo”, implantado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB N° 5692/71, a qual previa um capítulo para tratar da EJA. Naquele momento, são criados os Centros de Estudos Supletivos (CES), e, apesar do avanço da oferta do ensino nesta modalidade, percebemos um regresso, uma vez que no contexto industrial da época, o ensino esteve vinculado ao tecnicismo, empobrecendo a educação, como sugerem Santana e Oliveira (2014, p. 30):

A lei de Diretrizes nº 5.692/71, conhecida como “Lei de Diretrizes e Bases dos Militares”, criou o ensino “supletivo”, que abrangiam cursos e exames, modalidade de ensino que permitia aos estudantes maiores de 18 anos de idade e/ou 21 anos a realização dos cursos de primeiro e segundo graus, como era chamadas o atual ensino fundamental e o ensino médio, em menos tempo que os realizados como cursos regulares.

Esse modelo de ensino tecnicista, empobreceu o ensino da EJA em termos qualitativos, já que seu objetivo era mais certificatório, porém ampliou o percentual de alunos formados. Essa realidade só ganha mudanças significativas com a Constituição de 1988, a partir da qual a educação passa a ser direito de todos, independentemente da idade, sexo, gênero e cor. É no instrumento legal que a educação se torna instrumento subjetivo.

Apesar de alguns avanços, a EJA ainda tem um longo caminho de superação de preconceitos, de acertos financeiros do governo e de reconhecimento social daqueles que reingressam a escola, mesmo depois de tanto tempo afastado. É fundamental o reconhecimento de que o Estado é parte responsável pela evasão destes jovens da escola, por isso, deve ofertar tal modalidade. Também se deve levar em conta que, apesar do governo ter enquadrado o EJA como modalidade e não nível de ensino, supondo que esta demanda seria passageira, a verdade é que adentramos no século XXI, com ampla parcela da população sem a conclusão do ensino

médio e até fundamental, demonstrando que o resquício histórico da nossa educação, mal estruturada, ainda impede nosso desenvolvimento.

Num país com um sistema capitalista marcadamente excludente, como o Brasil, com tão elevada dívida social, certamente os “planos econômicos” ou de “desenvolvimento global” e muito menos, os Planos Nacionais de Educação, não podem exercer papel determinante [...] (KUENZER, 2011, p. 18). A argumentação de Kuenzer (2011), apesar de se remeter ao planejamento, traz uma relevante reflexão para nossa abordagem, já que também identifica as marcas selvagens de um sistema econômico que reflete e interfere na educação, principalmente quando há um interesse, caso contrário é relegado a segundo plano.

A educação no Brasil ainda não foi vista como projeto de crescimento social e desenvolvimento do país, sendo aproveitada apenas como incremento de mão de obra quando necessária, o que precariza a condição social.

2.2 EVASÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: REALIDADE E EXPECTATIVAS

A evasão escolar é uma dupla face da história da EJA, uma vez que a própria identidade do curso está atrelada à característica de atender discentes que se ausentaram da escola e agora retornaram, em um contexto, onde parcela significativa da população não tinha acesso à educação e tendo a oportunidade de prosseguir nos estudos. Porém, as marcas da exclusão escolar tornam esses indivíduos mais vulneráveis a possíveis desistências, causadas por desestímulo, que tem uma base estrutural e repercutem em vários fatores, como econômicos, pedagógicos, familiares, entre outros.

Em meio a tais dificuldades demandados pelos discentes da EJA, o professor deve ter um olhar diferenciado em relação a esses sujeitos, o que exige também políticas públicas específicas aos mesmos, observando suas necessidades, como prescreve a LDBEN de 1996:

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 9394/96, a clientela que necessita deste ensino são trabalhadores, (des)empregados, ou pessoas em busca do primeiro emprego, filhos, pais e mães moradores das periferias ou que vivem em condições sociais menos favorecidas; indivíduos esses que não tiveram acesso à escola na infância ou na adolescência, isto é, no período considerado como “normal”. (SANTANA; OLIVEIRA, 2014, p. 21-22).

A identidade dos educandos do EJA, que se associam às suas histórias de vida e de fracassos, acaba por favorecer desistências sucessivas. Apesar de generalizante, tal olhar não pode ser descartado. Ele está relacionado aos fatores externos que também influenciaram os alunos nos

seus caminhos de desistência, como necessidade de trabalho em virtude de dificuldades econômicas, constituição de família, desestímulo pelas aulas, falta de disciplina, dentre outros.

Os fatores de desistência são múltiplos, envolvendo fatores subjetivos, ou do próprio ambiente escolar, até fatores sociais e econômicos que indiretamente refletem na vida e as decisões dos indivíduos. Assim, reconhecer esses aspectos sociais é uma forma de compreender que não apenas o aluno é responsável pelo seu (in) sucesso, sendo o Estado também corresponsável, por isso, tem o dever de criar, por meio de políticas públicas, alternativas para o retorno e permanência desses indivíduos na escola.

Os preconceitos criados pelo fracasso associados a este público, fazem parte da própria realidade, que responsabiliza o indivíduo sem levar em conta as próprias deficiências do nosso sistema escolar que deficientemente ofertam educação no sistema regular, e, por consequência, na EJA, marginalizando, excluindo e negligenciando por anos, essa modalidade, como pode ser constatado nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

Os novos dados revelam que 12,9% e 12,7% dos alunos matriculados na 1^o e 2^o série do ensino médio, respectivamente, evadiram da escola de acordo com o censo escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9^o ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3^o série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as áreas do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino. (BRASIL, 2017).

A evasão escolar ainda é um sério problema no nosso contexto educacional, ganhando relevância no Ensino Médio, nosso objeto de estudo, bem como na última série do ensino fundamental, o que acaba levando a migrações futuras na modalidade da EJA. Isso demonstra que, não obstante a universalização da educação fundamental e da ampliação ao Ensino Médio, não conseguem assegurar a permanência dos alunos em sala de aula e a conclusão da Educação Básica, que compreende a conclusão dos níveis fundamental e médio, como dispõe a LDBEN de 1996.

Dentro deste horizonte, repensar as necessidades pedagógicas na EJA é, sem dúvida, refletir a própria *práxis* escolar, conclamando os atores educacionais a criarem estratégias de mobilização que minimizem os fatores que levam à evasão. A própria LDBN 9.394/96 no seu art.37, § 1^o, dispõe:

§ 1^o Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Como dispõe a LDBN 9.394/96, a EJA criará oportunidades educacionais àqueles que não tiveram acesso aos estudos educacionais ou não puderam concluí-lo na idade apropriada. A garantia à modalidade de ensino, observará os interesses, condições de trabalho e características específicas do alunado.

Ainda sobre este aspecto, entende Arroyo (2011) que um dos fatores preponderantes do público da EJA, são suas singularidades decorridas das experiências de vida, que devem ser levadas em conta no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, a própria lei reconhece as diferenças e orienta para a especificidade desse alunado, sugerindo flexibilidade quanto às suas condições de trabalho e seus interesses de vida, o que lhe possibilitaria mais significado a aprendizagem. A LDBN 9.394/96, também acrescenta a necessidade de adequar à rotina escolar ao trabalho, incentivando o ensino profissionalizante, por ser um fator de aproximação dos interesses dos indivíduos desta faixa etária.

Os ingressantes da EJA têm uma trajetória de vida truncada (ARROYO, 2011), mas, mesmo assim, eles regressam à escola com expectativas e anseios, geralmente acompanhados de necessidades de formação para um melhor desempenho social, bem como de uma carreira profissional, vindo na escola, perspectivas de um futuro melhor. Esses anseios devem ser levados em conta na pedagogia trabalhada, dessa forma, refletindo no currículo e nos objetivos a serem traçados pela escola, de maneira a se relacionar com as necessidades dos discentes.

Com isso, podemos perceber que os poucos investimentos econômicos do país em educação, acabaram por criar problemas sentidos até hoje, principalmente, no que diz respeito à EJA, grande parte desta demanda de excluídos sociais que não exerce sua cidadania plena, parte do próprio sistema econômico do país que acaba produzindo mais jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade apropriada. Isso acaba sendo constatado por dados educacionais que, revelam os altos graus de evasão, repetência e desistência escolar, como visto no Censo Escolar (2005), citado por Machado (2006, p. 15):

Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2005, o maior percentual de abandono escolar no ensino médio regular, onde 15,3% dos alunos sequer concluíram o ano letivo, enquanto que o ensino fundamental estes foram 7,79%. Esses dados indicam que para estes alunos nem sempre a aprendizagem e a escola guardam uma relação de sentido. Isso se deve a fatores subjetivos e às condições sociais, econômicas e culturais, sem dúvida. Há, entretanto, motivos intra-escolares para tanto, pois estes jovens não tiveram sempre uma relação positiva com o aprendizado e o conhecimento, em decorrência, por exemplo, da forma como a escola se estrutura e funciona.

Como se nota em Machado (2016), os fatores que levam à desistência do ambiente escolar são vários, podendo estar ligados a questões subjetivas, mas também pedagógico-econômicas e

sociais, e, quanto às últimas, cabem ações mais efetivas do governo, a fim de possibilitar condições justas de permanência na escola. A escola deve estar atenta a esta ampla parcela da população, que exige formação para o próprio desenvolvimento do país, bem como para o exercício da cidadania, que deve ser garantido a cada indivíduo. Para tal, a escola deve adotar práticas pedagógicas inovadoras e significativas, as quais incorporem as experiências e saberes destes discentes, oportunizando uma educação significativa e compatível com seus interesses. Dessa forma, busca-se uma educação integral, e não um ensino apenas certificador e fragmentado, mas que busque o desenvolvimento pleno do educando.

Priorizar o atendimento desta ampla parcela da população que deseja condições melhores de vida e, por isso, retornar à escola, é uma superação, no qual, oferecer as melhores condições de estudo é uma dívida social do governo, principalmente com aqueles mais carentes, representando um avanço não apenas social, mas de todo o país.

2.3 TIC'S COMO RECURSO TECNOLÓGICOS E A EDUCOMUNICAÇÃO

Um dos desafios do cenário educacional atual é o uso das TIC'S no ambiente escolar, recursos que influenciaram e mudaram nossos hábitos sociais, culturais e econômicos, transformações que refletem na escola, a qual teve de implementar recursos em virtude da Revolução das Comunicações, exigindo uma nova performance dos professores.

Essa revolução caracteriza-se principalmente pelo grande afluxo de informações que nos chega de forma instantânea. Também a ideia de conectividade entre as pessoas, devido à *internet*, passou a desprezar as concepções de espaço e tempo por meio de *clicks*, assim interligando pessoas, permitindo o afluxo simultâneo de informações. Porém, esse fluxo de informações, gera possibilidade de aprender e conhecer cada vez mais pelos meios tecnológicos, entretanto não chega a todos de maneira igual, repercutindo no processo educacional como adverte Frigotto (2001):

Vivemos, neste início de século e de milênio, um tempo de profundas contradições e, sobretudo, de uma inaceitável situação onde o avanço científico e tecnológico é ordenado e apropriado pelos detentores do capital em detrimento das mínimas condições de vida de mais de dois terços dos seres humanos. (FRIGOTTO, 2001, p. 72).

Os avanços são certamente uma conquista humana, pois hoje é impossível se pensar o mundo sem as ferramentas tecnológicas que tanto nos auxiliam no dia a dia, facilitando nossos estudos, trabalho e práticas sociais. Entretanto, como ressalta Frigotto (2001), essa visão otimista não pode ser ilusória, uma vez que devemos refletir também sobre os efeitos negativos a que

estamos expostos, já que os interesses capitalistas pelo lucro ativam aos avanços tecnológicos apenas para essa finalidade. Assim, as práticas consumistas tornam-se uma forma de lazer e prazer, entretanto apesar de massificado, não estão disponível no mesmo nível e qualidade a todos, dessa forma, agravando o quadro de injustiças sociais.

A escola foi afetada por essas tecnologias, haja vista as suas potencialidades nas transmissões de informações, concretizado na revolução das comunicações. A escola deve, por isso, também pensar criticamente como essas tecnologias podem favorecer um ambiente sadio, onde a justiça social se faça presente e a formação humana não seja relegada a segundo plano.

As ferramentas, como televisões, rádios, celulares, *tablets*, computadores e seus aplicativos de redes sociais apresentaram um mundo novo, e as formas de se comunicar variam. As interações sociais já não ocorrem apenas de forma direta, pois o mundo visual, editado, a interlocução mediada por uma tela já é uma realidade. O isolamento, já é quase neutro, a conectividade trazida pela *internet* e satélites e tantos avanços da ciência vem nos possibilitando à conectividade e encurtamento distâncias possibilitadas pelos meios tecnológicos.

No espaço doméstico os *desktop* passaram a enquadrar os eletrônicos da casa, a indústria educacional também incorporou tal universo, na escola o computador é usado para armazenar informações facilitando o trabalho gerencial, na incorporação curricular da disciplina de Informática presente em todos os níveis de ensino, os cursos de Sistema de Informação e Ciências da Computação se multiplicaram nas Universidades, os cursos a distância se difundem, os *tablets* passaram a ocupar o espaço onde era privilégio dos livros, as bibliotecas de adequaram e oferecem espaços para a pesquisa por meio do computador, onde por meio do Google pode-se achar informação sobre qualquer assunto. “Através do uso das modernas tecnologias da comunicação, prevê que, para meados da primeira década do novo milênio, cerca de 60% do ensino do país esteja sendo ministrado fora dos ambientes tradicionais ou seja, inteiramente através do ciberespaço”. (SOARES, 2011, p. 13).

A vida social se transformou, e hoje é desesperador para qualquer indivíduo comum que sair para trabalhar, perceber que esqueceu o celular em casa. Essa ferramenta nos conecta com o mundo, com ele: falamos, trabalhamos, estudamos, ouvimos música, assistimos, fazemos pagamentos, nos informamos, interagimos, por meio das redes sociais, como *Facebook*, *WhatsApp* e outros.

A capacidade de interligação de imagem, som e texto e as demais infinitudes de funções criou em nós uma dependência impossível de retrocedermos. Esse parece ser um caminho de desenvolvimento que impulsiona a novas descobertas e mudanças comportamentais, promovendo uma nova e diferente relação entre o homem e a máquina. Como se observa, o

Ciberespaço trata-se do campo de imersão das mídias integradas. Esse (não) lugar é um mundo labiríntico, imerso em um volume administrável de informações, que liga o homem à máquina em uma simbiose ontológica em que o ser, sem a ferramenta extensiva da inteligência coletiva, no dizer de Lévy (1998), mutila a sua potencialidade. O corpo preso e atado aos nós e links de um mundo novo, quase no mesmo assombro que os índios provocaram entre os antigos colonizadores, têm apontado para novas cartografias cognitivas que demonstram maneiras próprias de se viver e de se aprender. (SOBRAL, 2010, p. 08).

As formas de aprender se multiplicam na era da informação como sugere Sobral (2010) ao citar Lévy (1998), isto é, as ideias de escola associadas a paredes e salas, onde o professor ensinava os alunos que passivamente aprendiam já não se concebe, pois a tela passa a ser um espaço de conhecimento paralelo à escola, onde, por meio dos seus *links*, possibilita-nos um universo de experiências, por meio dos seus ciberespaços.

Atualmente, os alunos se apropriam de informações às vezes mais rapidamente do que o professor, pois o saber está em todos os locais, basta estar conectado à *internet*. A rede de computadores passou a ligar pessoas de qualquer parte do mundo. Com essas mudanças, ampliaram-se as formas de comunicação; por meio da tela, falamos com as pessoas, assistimos a aulas, conhecemos o mundo, assistimos em tempo real a qualquer fato, tudo parece estar sendo transmitido em tempo real. Na escola, essas novas formas de comunicação são chamadas por Citelli e Costa (2011, 2011, p. 8) de “educomunicação”:

Em sua síntese, é possível conceber a Educomunicação como uma área que busca pensar, pesquisar, trabalhar a educação formal, informal e não formal no interior do ecossistema comunicativo. Posto de outro modo, a comunicação deixa de ser algo tão somente midiático, com função instrumental, e passa a integrar as dinâmicas formativas, com tudo que possa ser carreado para o termo, envolvendo desde os planos de aprendizagem Como ver televisão, cinema, ler o jornal, a revista; a realização de programas na área do audiovisual, da *internet*), de agudização da consciência ante a produção de mensagens pelos veículos; de posicionamento perante um mundo fortemente editado pelo complexo industrial dos meios de comunicação.

Como se vê, o mundo codificado pelos signos cibernéticos binários é cada vez mais necessário à apropriação dos indivíduos desta nova leitura de mundo. Adaptar-se e incorporar esses elementos tecnológicos não é apenas uma exigência do mercado, do sistema capitalista, mas é uma forma de exercício de cidadania.

As formas de interagir com o mundo, de conhecer e aprender perpassa pelas tecnologias, exigindo dos cidadãos o domínio de técnicas, que lhes possibilitem decodificar esta nova linguagem, como que uma alfabetização do mundo digital, aponta Baccega (2011):

Por isso, comunicação/educação inclui, mas não se resume a, educação para os meios, leitura crítica dos meios, uso das tecnologias em sala de aula, formação do professor para o trato com os meios etc. Tem, sobretudo, o objetivo de construir a cidadania, a partir do mundo editado devidamente conhecido e criticado. (BACCEGA, 2011, p. 32).

A nova realidade mencionada por Baccega (2011) se impõe e exige bem mais do que incremento de tecnologias. Pede-se reflexão crítica perante este mundo informatizado, manipulado e editado, no qual as informações chegam prontas. Repensar o que se lê o que se ouve e o que se vê de forma crítica deve ser o pilar da *educomunicação*, para que possamos nos livrar de enquadramentos fantasiosos e falaciosos. Aqui, a função do professor como facilitador e orientador se mostra, ainda, mas essencial, guiando os alunos para uma educação na era da informação que os emancipe, impedindo de alienações que deturpam o sentido real das coisas e acontecimentos.

Essas exigências recaíram sobre os professores, requerendo uma formação e habilidades que fossem compatíveis com o mundo moderno. Sua qualificação e habilidades passaram a estarem atreladas a essas novas necessidades. Toda a dinamicidade do mundo moderno é contagiante, mas também assombra, e, por mais que provoquem transformações devastadoras, ainda há pessoas para quem esta modernidade não chegou algo verificado nas falas de Castro Júnior e Schmidlin (2014), quando se refere à desigualdade digital na realidade dos estudantes.

A inclusão digital afeta mais a população de baixa renda, que sofre com a necessidade e com a falta de acesso às tecnologias de informações e comunicações (TIC's), e as inovações do mercado tecnológico. Muitos desses alunos deixam de estudar para ir trabalhar, para ajudar em casa com seu dinheiro e são excluídos por não terem os mesmos conhecimentos. (CASTRO JÚNIOR, SCHMIDLIN, 2014, p. 64).

As TIC'S se apresentam como uma face de inclusão digital que favorece a inclusão social, porém o contrário também pode acontecer como visto nas preleções de Castro Júnior e Schmidlin (2014), isso devido aos altos valores econômicos dos meios tecnológicos que dificultam o acesso igualitário. Dessa forma, dominar as tecnologias é ampliar o leque de aprendizagem, as formas de pensar e agir, é adequar-se às exigências do mercado, dando a possibilidade de trabalho mais qualificado.

Os autores Castro Júnior e Schmidlin (2014), ao se referirem sobre a educação de jovens e adultos, mencionam as dificuldades de acesso a essas tecnologias que este público apresenta. Essas dificuldades se dão em vários aspectos, devido à própria singularidade deste público, que se associa à evasão da escola, à repetência, bem como à rotina de vida, trabalho-escola-família, sendo que aliar esses afazeres gera dificuldades e pouco espaço para as atividades educacionais.

Assim, inserir os educandos numa nova forma de aprendizagem passa a ser um desafio, haja vista que ainda há resistência, mas se configura também como uma forma mais dinâmica e atrativa de aprendizagem, que pode estimular e motivar aqueles que por algum motivo se afastaram da escola.

Apesar da imensidão de oportunidades que a aprendizagem pelas tecnologias favorece, ainda há obstáculos para sua implementação, a exemplo as dificuldades econômicas dos alunos que, sem dúvida, é um fator que dificulta o acesso a este novo mundo. O poder aquisitivo de alguns lhes garantem consumo dos meios tecnológicos, bem como acesso a uma *internet* de qualidade, o que gera custos elevados.

As escolas também apresentam dificuldades na infraestrutura. Na realidade estudada da *CEJA Artur Furtado*, mantida pelo estado do Piauí, apesar de iniciativas do Estado em melhorar a estrutura de equipamentos e corpo técnico que garantam uma inclusão digital, os professores ainda reclamam da falta de capacitação que deveria vir de esforços do Estado. A sala que acomoda os computadores carece de um profissional que possa orientar os alunos no uso desses equipamentos como afirmou a coordenadora à época da pesquisa.

A *internet* no Brasil difere de países de primeiro mundo, sendo vista como um objeto de luxo, em muito ligada ao alto valor do serviço. Dessa forma, a *internet* disponibilizada na escola é de uso exclusivo de funcionários, não sendo acessado por todos os alunos, o que mostra claramente empecilhos à aprendizagem e contribuem para desigualdade social. O celular em sala de aula é proibido, pouco sendo aproveitado para atividades de aprendizagem, mostrando-se um elemento místico aos alunos.

Com isso, percebemos que a implementação das TIC's na escola se entrelaça com a essência da educação que é a formação permanente. Adequar-se e apropriar-se das novas tecnologias é uma forma de multiplicar as formas de aprendizagem, possibilitando o exercício pleno da cidadania, por meio da inclusão digital.

3 METODOLOGIA

Toda pesquisa parte de um problema, o qual guiará toda a energia para consecução do estudo, porém tão importante quanto o que pesquisar, é saber como desenvolver uma metodologia para a realização da mesma. Assim, profere Skalinski Júnior (2011, p. 173): “A preparação de uma pesquisa um dos primeiros e mais importantes passos para o investigador é, tão logo tenha delimitado seu objeto de estudo, definir claramente quais métodos e técnicas empregará na execução de seu trabalho”.

Isso se dá porque o procedimento que foi escolhido possibilita menos dispêndio de tempo, segurança e efetividade maior na coleta dos dados, sendo que esses meios devem ser equivalentes ao que se propõe pesquisar. Caso contrário, pode haver uma impropriedade entre o objeto da pesquisa e a metodologia adotada, o que prejudicará a pesquisa.

A escolha dos métodos desta pesquisa se dá em virtude da própria abordagem histórica dialética usada, que busca conceber os fenômenos em suas complexidades históricas e sociais, percebendo as contradições e a dinamicidade dos fatores históricos como enriquecedores e reveladores da realidade, ressaltados na pesquisa de Cavalcanti (2014).

O materialismo histórico-dialético é uma teoria e o método de explicação da realidade. Enquanto teoria a dialética concebe a realidade como uma totalidade concreta, caracterizada pela contradição e pelo movimento. Nesse sentido, não só o real é dialético, como também o próprio pensamento que busca conhecer o real comunga desse mesmo estatuto ontológico. (CAVALCANTI, 2014, p. 988).

Esta categoria ressaltada por Cavalcanti (2014) é aberta e dialética, o movimento da realidade é feito pelas contradições, sendo este movimento operador de mudanças, e o fazer do pesquisador uma ação transformadora, na qual os sujeitos sociais são vistos como atores do processo histórico.

Partindo de novas experiências empregadas principalmente pelas ciências sociais, utilizaremos o procedimento e quantitativo, entendendo que estes não são contraditórios; pelo contrário, complementam-se e criam várias possibilidades na coleta de dados como informa Godoy (1995):

Na verdade, as duas abordagens de pesquisa – qualitativa e quantitativa- são convergentes em muitas pesquisas científicas realizadas, sendo o contexto o elemento definidor de qual caminho seguir, ou seja, em qual dos aspectos será colocada uma ênfase maior. Por exemplo, nos casos de “problemas pouco conhecidos” e com “pesquisa de cunho exploratório”, a abordagem quantitativa mostra-se mais indicada. Já na situação em que o estudo é de caráter descritivo e o que se busca é o entendimento do fenômeno como um todo, na sua complexidade, é possível que uma análise qualitativa seja a mais indicada (GODOY, 1995, p. 63).

Livrando-se de enquadramentos que limitam a pesquisa e as várias formas de coleta de dados, adotou-se a pesquisa qualitativa e quantitativa como sugere Godoy (1995), dessa forma, correspondendo às próprias necessidades do objeto de pesquisa, qual seja o ambiente escolar, que, em sua estrutura, tem uma complexidade de questões.

Também foi utilizado o estudo de caso coletivo, no qual é favorecida uma análise exploratória e descritiva do ambiente, seguida de observações, propiciando uma eficácia para

realização da pesquisa sobre a *CEJA Professor Artur Furtado*, localizada em Teresina, estado do Piauí.

A organização dos dados foi feita por meio de questionário *in loco* dos alunos, referente à VII etapa EJA, noite. Responderam ao questionário 13 alunos, que compõem nossa amostragem, de um total de 16 que frequentam a turma, o qual foi aplicado em janeiro de 2019. A coleta dos dados neste período foi possível devido a uma greve ocorrida na Educação do Estado em 2018, o que obrigou a extensão do calendário escolar para 2019. Também foram realizadas observações de aulas, da Sala de Informática, além de conversas com professores, diretores, coordenadores e alunos, a fim de se obter uma análise completa sobre a temática.

A aplicação do questionário teve como objetivo perceber o uso das TIC's no ambiente escolar, tendo na resposta dos discentes uma compreensão sobre esse fenômeno. Também se buscou perceber, nas falas dos discentes, a relação do uso dessas tecnologias no ambiente escolar com a evasão escolar. A aplicação do questionário se mostrou viável, pois é uma técnica mais rápida e segura na obtenção de respostas, o que favoreceu uma coleta rápida de informações sobre o tema proposto.

Os participantes da pesquisa colaboraram de forma voluntária tendo conhecimento do seu teor e objetivos, sendo preservada sua identidade, obedecendo aos disciplinamentos éticos científicos previstos em lei. A flexibilidade dos métodos se adequam aos aspectos educacionais, pois melhor compreendem as imbricações e complexidades do processo educacional, que são formados por múltiplas implicações e construções, não desprezando as forças contraditórias e o jogo do poder que existe por meio de cada ação e falas dos sujeitos.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa tomou como objeto de pesquisa os discentes da VII Etapa da Educação de Jovens e Adultos (correspondente 3º ano), do Centro de Educação de Jovens e Adultos *Professor Artur Furtado*, localizado em Teresina Piauí. A escolha se deu em virtude do centro de ensino ser voltado especificamente para a modalidade da educação de jovens e adultos, oferecendo, nos três turnos, ensino a esse público.

A escola é pública, mantida pelo Estado do Piauí, o que reflete em grande parte a educação ofertada no Brasil, podendo ser visto no seu PPP de 2016.

O CEJA Professor Artur Furtado iniciou suas atividades como Centro de Ensino Supletivo em 17 de Outubro de 1975, tendo seu ato de criação normatizado pelo parecer CEE nº 19 no mês de Agosto do ano de 1977. Na época funcionava em um único turno, ofertando apenas o ensino fundamental de forma semipresencial onde o respectivo material de estudo disponibilizado

era vendido ao aluno. (ESCOLA PROFESSOR ARTUR FURTADO, PPP, 2016, p. 16).

Passando por diversas alterações em sua organização pedagógica, o que se reflete na própria história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a escola se manteve ofertando o ensino na modalidade EJA desde 1975, assinalado pelo seu PPP por isso, tendo a escola peculiaridades em sua organização em face da demanda que atende, como horário das aulas e atividades pedagógicas de projetos propostos. Este público se caracteriza por se encontrar durante algum tempo de sua vida, marginalizado e alijado em relação ao processo escolar, voltando à escola com gama de experiências e anseios que devem ser levados em conta no processo de ensino-aprendizagem.

A turma escolhida para aplicação do questionário semiestruturado foi a VII etapa, do turno noite. Essa turma é bastante heterogênea e dinâmica, sendo que, no início do período de 2018, era formada por 37 (trinta e sete) discentes. Apresenta dois alunos com dificuldades auditivas, por isso dois intérpretes de Libras dão suporte para os discentes e docentes no processo de ensino-aprendizagem, como dispõe a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 e o Decreto nº 5.626/2005.

A turma, inicialmente, apresentava um percentual de 37 (trinta e sete) matriculados, entretanto, hoje frequentam apenas 16 (dezesesseis), o que configura um universo de desistência de quase metade do número inicial, já que, desses 21 (vinte e um) alunos, houve 2 (dois) que passaram no Exame Nacional para Certificação Nacional de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). Outro dado que confirma a heterogeneidade da turma refere-se à segunda pergunta feita sobre a faixa etária. Foi respondido que 46,2% dos discentes tinham idade entre 40 e 49anos, 38,5% apresentavam idade entre 20 e 29 anos, e 15,4%, idade entre 30 e 39 anos. É um grupo de pessoas com idade muito diversificada, o que reflete nos interesses de cada aluno e, por conseguinte, nos objetivos educacionais. Os níveis de aprendizagem também se apresentam neste contexto exigindo uma postura mais dinâmica do professor em trabalhar com públicos diferentes.

Foram feitas quinze perguntas para cada aluno, que envolviam as temáticas da EJA e do uso das TIC's. A primeira pergunta foi acerca do perfil do discente referindo-se ao gênero, onde 53,8% respondeu ser do gênero feminino, e 46,2%, do gênero masculino, o que, neste aspecto, confirma a heterogeneidade da turma, também sobressai à proeminência do retorno feminino aos postos escolares, em muito ligado a sua inserção no mercado de trabalho e à melhoria de formação educacional (cf SCOTT, 1990).

A 3º (terceira) pergunta se referia à frequência com que usam o computador. Um total de 72,7% dos discentes informaram usar frequentemente, 27,3% responderam que não utilizam frequentemente, o que não quer dizer que não o utilizem. Neste quesito, deve-se observar que apenas 11(onze) alunos dos 13 (treze) responderam, este resultado confirma a ideia já defendida por Petarnella (2008) ao referir-se aos alunos como “cabeças digitais” sobre a capacidade dos mais jovens de se apropriarem e sentirem-se atraídos cada vez mais pelas tecnologias, o que requer uma apropriação da escola destes recursos de forma pedagógica.

A 4º (quarta) pergunta dizia respeito aos locais onde usam o computador, e apenas 10 (dez) alunos responderam. O interessante a observar é que, apesar de haver um laboratório de informática, os alunos raramente o usam, uma vez que durante a pesquisa apenas um discente foi observado pela pesquisadora fazendo uso do espaço. Este dado é caracterizador da nossa realidade escolar, ainda não aberta a este universo de tecnologia, como sugere Marin (2017) uma vez que fazemos intenso uso das tecnologias nos aspectos mais corriqueiros do nosso dia-a-dia, porém na escola esses equipamentos não são bem empregados, precarizando a prática e dificultando a inserção no mundo digital.

Quanto ao uso do celular para pesquisa escolar na quinta questão a resposta foi surpreendente, já que 92,3% dos discentes responderam que sim, e apenas 7,7% responderam que não usam para esse fim. Isso impulsiona a pensar que o uso do celular como recurso tecnológico dentro da realidade escolar já é um fato, apesar da escola ainda não ter se aberto completamente para tais mudanças, haja vista que a mesma dispõe de computadores com *internet* de boa qualidade, mas faltam uso e direcionamento educacional dos professores para esse recurso, como dispôs em observações a diretora naquele período, onde mencionou “que os professores em raríssimas vezes fazem uso desse espaço”.

Cabe ressaltar que, por meio do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO), a escola também dispõe de *internet wi-fi*. Este programa tem por objetivo promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica, entretanto, esta *internet* é disponível ao corpo técnico administrativo e pedagógico, podendo ser requerida aos professores para o uso de alunos, caso precisem para fins educacionais, como informou a coordenadora a época da pesquisa.

Os discentes responderam na sexta pergunta com percentual de 100% que frequentemente usam a *internet*. Vale mencionar que este uso está associado ao aparelho celular, também respondido que a utilidade do mesmo é geralmente voltada para pesquisas educacionais como visto na alternativa cinco, entretanto, o aparelho é proibido na sala de aula,

por representar dispersão na mesma, algo informado pela gestão na época e sinalizado por placas em sala.

Cabe também salientar que, não obstante a heterogeneidade de idade, o uso da *internet* e de equipamentos tecnológicos não se limita absolutamente à idade, sendo usado de forma significativa pelos alunos, o que não pode nos causar uma falsa impressão de que todos têm o mesmo domínio no uso das tecnologias, uma vez que a grande desníveis de uso associados a idade dos discentes mais jovens para aqueles com faixa etária maior, como defendido por Marc Prensky (2012) .

Na sétima pergunta, foi inquirido sobre as atividades realizadas através da *internet*, e 69,2% dos alunos responderam que para a procura de informação, já 53,8% responderam que usam para entretenimento, 30,8% informaram acessar para comunicação (exemplo: *e-mail*), os outros 23,1% informaram que usam para outras finalidades. É importante ressaltar que os pesquisados puderam optar por mais de uma alternativa, o que aumentam as possibilidades de uso. Neste quesito respondido, existe um alto índice de uso da *internet* para entretenimento. Ademais, ainda há um percentual mais elevado no que se diz respeito à procura de informação, mostrando o lado utilitário destes recursos para se informar, expressando a sua multiplicidade de função que desperta fascínio, sendo por isso imprescindível nos dias atuais.

Na oitava pergunta, foi questionado sobre o uso que os professores fazem dos recursos midiáticos em sala de aula. Entre os alunos 76,9% responderam que às vezes utilizam 15,4% informaram que não utilizam, e 8% disseram que sempre utilizam. As diferenças das respostas podem se dar pela variedade de professores e por suas diferenças de práticas. É neste quesito que vemos a disparidade entre o uso amplo dos alunos com relação às TIC'S o que não é acompanhado pelo uso dos professores, uma vez que para a maioria dos alunos os docentes só empregam às vezes esses recursos, comprovando a ideia de Petarnella (2008) ao afirmar que “a escola é analógica e os discentes são digitais”.

Na nona questão, foi perguntado se o professor exhibe filmes ou pesquisas relacionadas ao assunto trabalhado em sala. Foi respondido que 69,2% dos docentes usam essa didática. Já 23,1% informaram que às vezes utilizam, e os demais responderam que não usam. Ainda é carente o uso dessas ferramentas digitais e midiáticas no ambiente escolar, o que pode ser mudado em virtude das próprias necessidades dos alunos e o reconhecimento de que essas ferramentas é um meio para aprendizagem. Percebemos uma afirmativa significativa do uso de recursos midiáticos das tecnologias pelos professores, mas que ainda carecem de formação para multiplicar as possibilidades de emprego dessas, como sugere Castells (2003).

Na décima pergunta foi inquirido aos discentes sobre as ferramentas tecnológicas que mais lhe chamam atenção, um percentual de 53,8% dos discentes indicaram a pesquisa com a *internet*, já 30,8% informaram que é o *data show*, 7,7% dos alunos responderam que são os jogos na *internet* e outros 7,7% responderam que são livros e revistas. A *internet*, com recursos audiovisuais, seus *hiperlinks* que associam imagens, textos, áudios e músicas e conectam pessoas de qualquer ponto do mundo, explica o fascínio e interesse dos alunos por essa tecnologia, servindo tais respostas como guias aos professores que desejam trabalhar com aulas mais dinâmicas e estimulantes aos alunos.

Na décima primeira pergunta, foi inquirido se os professores usam a *internet* nas pesquisas escolares, e 41,7% dos alunos responderam que sim, um percentual de 25% disseram que os professores não usam, e outros 25% informaram que não sabem responder, 8,3% responderam que às vezes os professores usam a *internet* como recurso de pesquisa, cabe ressaltar que dos 13 (treze) questionados, apenas 12 (doze) responderam, isso ainda abre margem para maior necessidade e incremento desse recurso, já que 53,8% responderam anteriormente que essa é uma ferramenta atrativa para o ensino. Apesar da disposição da escola em oferecer um espaço com computadores, o qual deveria ser usado para pesquisa, foi enfatizado que em raros momentos os discentes são estimulados a usarem tais ambientes, o enriqueceria a aprendizagem prática e o trabalho em grupo, uma vez na (10º e 11º) a um claro complemento entre o interesse dos discentes por este recurso e a cobrança dos professores pelo uso do mesmo.

As perguntas 12º e 13º estão relacionadas à evasão escolar, assim a décima segunda questão indaga se em algum período da vida os discentes, já desistiram da escola. Constata-se que 100% responderam afirmativamente. Já na 13º (décima terceira) pergunta, explora-se o motivo da desistência. Um percentual de 42,2% respondeu que foi devido ao trabalho, 38,5% responderam que foram outros motivos, e 23,1% informaram que não entendiam as aulas. Tais dados refletem as desigualdades sociais e econômicas do nosso país, uma vez que a classe mais pobre era ou é obrigada a deixar o ambiente escolar para trabalhar e se manter, ou até complementar a renda familiar. O dado ainda relevante de 23,1% de alunos que responderam que desistiram por não entender as aulas gera preocupação e necessidade de formação dos professores e da escola, a fim de impedir a evasão por questões didáticas que invés de estimular causa o contrário (ARROYO, 2011).

A décima quarta questão surpreende, pois 100% dos alunos assinalaram pela importância dos recursos midiáticos para promover aulas mais interessantes. É evidente a

aprovação dos alunos por este tipo de recurso nas aulas, ratificando a necessidade da escola se atualizar a esses recursos já comprovado em pesquisas de Citelli (2011).

Quanto à décima quinta pergunta, foi aberta, dando a possibilidade dos alunos responderem como deveria ser uma aula mais interessante. Para melhor entendimento das respostas, agrupamos as mesmas em categorias de assunto. Assim, pudemos identificar que oito alunos responderam que “a aula deveria ser mais dinâmica, que os professores deveriam se comunicar melhor com os alunos”. Também foi relatada a necessidade do uso das TIC’s por um percentual de 4 (quatro) alunos, e apenas 1 (um) respondeu pelo uso do teatro na melhoria da aprendizagem. Fica clara a necessidade de incorporação das TIC’s como necessidade dos alunos, assim como melhor exercício da cidadania, uma vez que as tecnologias mudaram nossos hábitos transformando nossas práticas e introduzindo um mundo cada vez mais digital.

Como se percebe nas respostas, o universo midiático e tecnológico é focado positivamente como forma de comunicação, interação e aprendizagem, não podendo a escola recusar essas tecnologias que criam possibilidades de aprendizagem e atraem os alunos em virtude das funções e informações nela agregada.

5 CONCLUSÃO

A Educação de Jovens e Adultos tem uma longa história, em muito marcada por lutas e reivindicações, de grupos de educadores que defendiam uma educação de qualidade para todos aqueles que foram alijados dos processos educacionais. O retornar à escola é um aspecto singular que deve ser observado pelos professores e pela gestão escolar. As especificidades do público da EJA são várias e não reside apenas na idade do público atendido, mas no próprio interesse em ver a escola como espaço por excelência para aprender, por isso retornam a ela, identificando neste ambiente melhores perspectivas de vida.

Assim, a EJA se apresenta como uma nova oportunidade, a partir da qual o Estado, antes omissor, passa a oferta o ensino para aqueles que não concluíram seus estudos na idade certa, sendo uma forma de garantir o exercício da cidadania. Nossa sociedade vive, desde a década de 90, a Revolução Global, em que o desenvolvimento tecnológico alterou as formas de ser, fazer e estar das pessoas. Também nomeada de Era das Comunicações, este período trouxe uma interface de possibilidades de aprender, fazendo com que a escola incorporasse todas essas mudanças. O mundo passou a ser ditado por essas novas tecnologias, exigindo de qualquer indivíduo a incorporação e manuseio dessas ferramentas digitais. O próprio exercício da cidadania perpassa o letramento digital, possibilitando aos indivíduos formas de se conectarem

ao mundo por *clicks*, de aprenderem pelas telas, textos e imagens conectados pela rede de computadores.

O fascínio causado pelas tecnologias e uso no espaço escolar foi analisado na *CEJA Professor Artur Furtado*, onde os alunos da VII Etapa da EJA, por meio de questionários e observações, puderam constatar a importância das tecnologias no ambiente escolar. Os discentes demonstraram o uso cada vez mais acentuado do celular conectado à *internet*, como forma de pesquisa, bem como evidenciaram nestes recursos possibilidades de promover uma aprendizagem mais atrativa e significativa, uma vez que 53,8% dos discentes ressaltaram o interesse de realizar atividades com pesquisa na *internet* ou similares como jogos também disponíveis por meio da *mesma*. Entretanto a dificuldade de apropriação dos professores no uso dessas tecnologias se mostra como obstáculo na construção de uma educação de qualidade.

Outro dado que nos chamou atenção é a aprovação em 100% dos alunos sobre a importância na inserção dos recursos midiáticos para promover aulas mais interessantes, dado que se interliga aos dados de frequência com que acessam a internet, demonstrando claramente o reconhecimento dos discentes e dependência do celular, inclusive como recurso tecnológico.

O resultado obtido com as respostas dos questionários não deixou explícita a relação entre uso das TIC's e a evasão escolar, devendo outras pesquisas aprofundarem essa questão, porém podemos notar que os alunos assinalam o uso desses recursos como formas de melhorarem as aulas, deixando-as mais interessantes e produtivas. Nas observações, também constatamos que a escola possui uma relevante estrutura se comparada com outras instituições, apresentando computadores conectados à *internet* na biblioteca, assim como na sala dos professores. Entretanto, ainda falta corpo técnico e formação de professores que possam orientar para o acesso e utilização desses equipamentos.

Na pesquisa evidenciamos a relevância de conhecer as instituições que promovem a EJA trazendo reflexões aos docentes, discentes e gestão no conhecimento dos alunos, o que cria possibilidades de melhoria na qualidade do ensino e contribuem como pesquisa na área educacional que deve ser ampliada constantemente como forma de construção e desconstrução de paradigmas educacionais que possam promover uma educação mais inclusiva, principalmente aqueles que não puderam concluí-la na idade apropriada.

Com isso, percebemos que o emprego das tecnologias não deve ser de maneira vazia e técnica, mas como uma forma de se possibilitar o incremento de meios que favoreçam o pensamento crítico dos discentes. As tecnologias, com seu afluxo de informações, exigem dos professores uma releitura desses recursos, dessa forma, podendo orientar melhor os alunos, bem como refletir e questionar o próprio uso dessas tecnologias, livrando-se do instrumentalismo e

da ideia tecnicista, a fim de transformar a dependência que temos destes instrumentos em independência.

Por fim, percebemos que a implementação das TIC'S no processo educacional pode ser um fator de inclusão social, possibilitando aprendizagem de forma integral, de qualidade e emancipadora para aqueles que não a puderam cursar na idade apropriada, devendo, por isso, o Estado propiciar condições materiais e corpo técnico capacitado que possa fazer uso dessas ferramentas midiáticas, como meio de crescimento individual e coletivo, emancipando e formando sujeitos mais autônomos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.; CORSO, A. M. A educação de jovens e adultos: aspectos históricos e sociais. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EDUCERE, 7º, 2015, Paraná. Anais, Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2018. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22753_10167.pdf. Acesso em: 05 jan. 2018.*

ARROYO, M. G. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e responsabilidade pública. *In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A. G. de C.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, p. 07- 86.*

BACCEGA, M. A. Comunicação/educação e a construção de uma nova variável histórica. *In: CITELLI, A. O; COSTA, M. C. C. (Org.). **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011, p. 31-41.*

BRASIL. Lei Nº 5.692 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá providências**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Lei Nº 10.436 de abril de 2002. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 set. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União de 23 de dezembro de 1996, p. 27833. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 28 dez. 2018.

BRASIL. INEP- **Dados do Censo Escolar: rede pública tem maior número de alunos com idade acima do recomendado para a série de ensino**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>. Acesso em: 28 dez. 2017.

BRASIL. Lei Nº 5.692 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá providências.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet:** reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Tradução de Maria Luiza Borges. Revisão Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTRO JÚNIOR, J. B.; SCHMIDLIN, R. de F. Mendes. O uso dos avanços tecnológicos aplicados a EJA. *In:* MOURA, M. G. C.; CARVALHEDO, J. L. P. (Org.); LEAL, F. L. S. (Org.). **Contributos da UFPI para educação de jovens e adultos:** prática pedagógica. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2014, p. 63-80.

CAVALCANTI, A. de S. Olhares epistemológicos e a pesquisa educacional na formação de professores de ciências. **Educ. Pesqui.** São Paulo. 2014, v. 40, n.4, p.983-998, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v40n4/08.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018, p. 195.

SOARES, I. de O. Educomunicação: um campo de mediações. *In:* CITELLI, A. O; COSTA, M. C. C. (Org.). **Educomunicação:** construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Paulinas, 2011. p. 13-29.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa** - tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas. São Paulo: RAE, v. 35, p. 20-29, maio/jun. 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1970.

FRIGOTTO, G. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun, 2001, p. 71-87.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio C.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educ. Soc.** [online],_Campinas, vol.32, n.116, p.667-688, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302011000300004>. Acesso em: 11 nov. 2018.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva:** por uma antropologia do ciberespaço. Tradução Luiz Paulo Rouanet. São Paulo: Loyola, 1998.

MACHADO, L. R. de S. PROEJA: O significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. *In:* MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro. (Org.). **PROEJA:** Formação Técnica Integrada ao Ensino Médio. Rio de Janeiro: MEC, SEED, TV Escola, Salto para o Futuro, 2006, v. 16, p. 36-53.

MARIN, A. C. de S. **Didática da matemática:** a utilização do software Winplot como estratégia potencializadora dos processos de ensino aprendizagem. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, L. X. de; SANTANA, M. das M. C. A trajetória da educação de jovens e adultos (EJA) na Educação Brasileira: os documentos oficiais. *In: MOURA, M. da G. C; CARVALHÊDO, J. L. P.; LEAL, F. de L. dos S. (Org.). **Contributos da UFPI para a Educação de Jovens e Adultos: História, política e financiamento.** Teresina: Edufpi, 2014, p.21-38*

PETARNELLA, L. **Escola analógica:** cabeças digitais: o cotidiano escola frente às novas tecnologias midiáticas e digitais de informação e comunicação. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

PIAUI, Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí. **Projeto Político Pedagógico da CEJA Artur Furtado.** Teresina: 2016.

PRENSKY, M. **Aprendizagem baseada em jogos digitais.** São Paulo: Editora Senac: São Paulo, 2012.

SKALINSKI JÚNIOR, O. Técnicas de Entrevista e sua Aplicação em Pesquisas Científicas. *In: TOLEDO, C. de A. A.; GONZAGA, M. T. C. (Org.). **Metodologia e Técnicas de Pesquisa nas áreas de Ciências Humanas.** Maringá: Eduem, 2011.*

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.15, n. 2, julho/dez, 1990.

SOARES, I. de O. Educomunicação: um campo de mediações. *In: CITELLI, A. O; COSTA, M. C. C. (Org.). **Educomunicação:** construindo uma nova área de conhecimento.* São Paulo: Paulinas, 2011. p. 13-29.

SOBRAL, M. N. Pedagogia Online: discurso sobre práticas educativas em ambientes virtuais de aprendizagem *In: MACHADO, G. J. C. (Org.). **Educação e Ciberespaço:** estudos, proposta e desafios.* Aracaju: Virtus, 2010, p. 03-32.